

Protocolo Legislativo para registro e  
jornal, à Assessoria de Plenário e Distri-  
ção para inclusão em Ordem do Dia:  
Em 03/05/07

LIDO  
Em 03/05/07, melhor  
Esta 02/10/07  
Assessoria de Plenário

RQ 253 /2007

**REQUERIMENTO n.  
(Vários Deputados)**

ASSESSORIA DE PLENÁRIO  
Recebi em 05/04/07 às 16h10  
Assinatura: [assinatura] Matrícula: 23.243-7

**Requer a convocação do  
Secretário de Estado de  
Planejamento e Gestão.**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeremos a Vossa Excelência – nos termos dos arts. 145, inciso II e 229, inciso I – a convocação do Senhor Secretário de Estado de Planejamento e Gestão, para prestar esclarecimentos sobre a previsão de recursos para concessão de reajuste salarial aos servidores das áreas de Saúde, Educação e Segurança.

PROTOCOLO LEGISLATIVO  
RQ Nº 253 /07  
Fls. Nº 01 RITA

**Justificação**

Na edição do Jornal *Correio Braziliense*, veiculado no último dia 23 de abril, o Senhor Secretário de Planejamento e Gestão do Distrito Federal, Ricardo Penna, afirma que não há recursos para que se concedam aumentos aos servidores das áreas de saúde, educação e segurança, pois a folha de pagamento atual deverá consumir todos os recursos repassados ao Distrito Federal por meio do Fundo Constitucional.

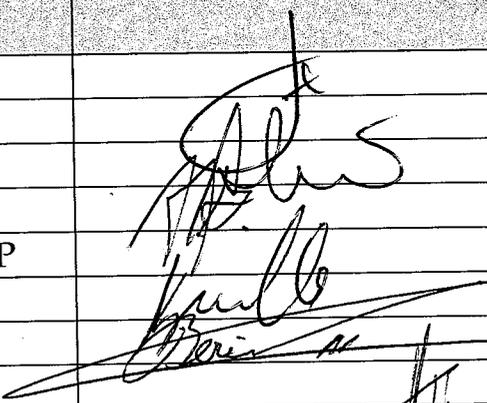
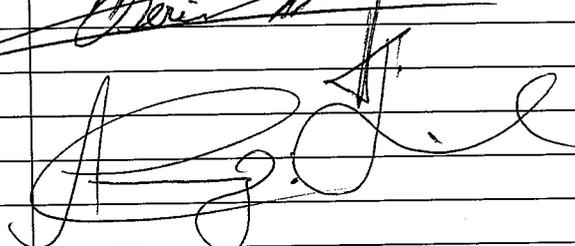
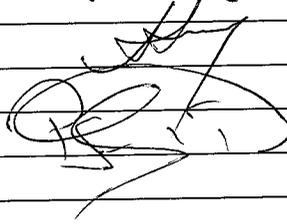
Esta Casa não pode admitir que as principais categorias de servidores públicos do DF, que respondem pelos serviços públicos essenciais à população, não tenham, desde já, nenhuma perspectiva de negociação salarial que possa repor as perdas acarretadas pela inflação, além de reajustes específicos por categorias.

O atual Governo foi eleito com o discurso de que o DF é a mais privilegiada unidade da Federação, por contar com fartos recursos para desenvolver as mais diversas atividades, visando ao desenvolvimento econômico e social.

Não se pode, assim, admitir que no início do segundo trimestre já se faça a previsão de falta de recursos orçamentários para a concessão de reajuste salarial para os nossos servidores públicos, esteio da Administração. É necessário que esta Casa receba as devidas explicações das autoridades responsáveis pela área de planejamento do Governo do Distrito Federal, motivo porque decidimos pela convocação do Secretário Ricardo Penna a prestar esclarecimentos a este Plenário.

Sala das sessões, em de abril de 2007.

[Assinaturas manuscritas]

| DEPUTADO                       | ASSINATURA   |
|--------------------------------|--|
| Milton Barbosa - PSDB          |    |
| Aguinaldo de Jesus             |  |
| Alírio Neto - PPS              |  |
| Aylton Gomes - PMN             |  |
| Batista das Cooperativas - PRP |  |
| Benício Tavares - PMDB         |  |
| Bernaldo Pontes - PP           |  |
| Brunelli - PFL                 |  |
| Cabo Patrício - PT             |  |
| Chico Leite - PT               |  |
| Cristiano Araújo - PTB         |    |
| Dr. Charles - PTB              |  |
| Érika Kokay - PT               | Érika Kokay  |
| Jaqueline Roriz - PSDB         | Jaqueline Roriz  |
| Leonardo Prudente - Democrata  |    |
| Luzia de Paula - PSL           |  |
| Paulo Roriz - Democrata        |  |
| Paulo Tadeu - PT               |  |
| Pedro Passos - PMDB            |  |
| Raad Massouh - Democrata       |  |
| Reguffe - PDT                  |  |
| Rogério Ulysses - PSB          | Rogério Ulysses  |
| Roney Nemer - PMDB             | Roney Nemer  |
| Wilson Lima- PRONA             |  |

PROTOCOLO LEGISLATIVO  
 RD Nº 253/07  
 Fls. Nº 02 RITA

# GOVERNO LOCAL

Ricardo Penna, secretário de Planejamento, argumenta que o Buriti não tem de onde tirar recursos para pagar este ano qualquer aumento aos servidores das áreas de saúde, educação e segurança

# Sem dinheiro para elevar salário

LILIAN TAHAN  
DA EQUIPE DO CORREIO

PROT. LEGISLATIVO  
RA. 253 / 07  
Fis. Nº 03 RITA

O Governo do Distrito Federal não tem um tostão para aumentar os salários de servidores. Se a folha de pagamento permanecer como está atualmente — sem reajustar nenhum reajuste até dezembro —, o Executivo chegará ao final do ano tendo consumido todo o repasse da União para o pagamento de funcionários públicos dos setores da saúde, educação e segurança, apesar de os aportes federais terem crescido 14% entre 2006 e 2007. E, nem isso será suficiente para fechar os gastos com pessoal. O GDF ainda precisará complementar uma boa parte do valor com o próprio orçamento para quitar os salários dos funcionários. O histórico de aumentos concedidos às carreiras nos últimos anos, e especialmente aqueles reajustes realizados em 2006 às vésperas das eleições, explica em parte o fato de a administração local receber tanto dinheiro para aplicar em salários e, ao mesmo tempo, nenhuma margem para negociar acréscimo atualmente.

A insuficiência dos recursos carimbados para o pagamento de pessoal não significa dizer em definitivo que o governo deixará de conceder aumentos ao longo deste ano. Ele pode elevar salários sim, mas se fizer isso vai ter que mexer no orçamento de outras áreas. Nesse caso há duas possibilidades. Ou diminuir ainda mais os gastos com custeio da máquina — nos três primeiros meses o governo conseguiu reduzir uma média de 30% em despesas para manter a estrutura em

RADIOGRAFIA

**120 MIL**  
É o número de servidores públicos do Governo do Distrito Federal

**70 MIL**  
É a quantidade de funcionários do GDF que trabalham nas áreas de saúde, educação e segurança

**47%**

É o percentual de aumento que os trabalhadores da administração local tiveram nos últimos quatro anos descontada a inflação acumulada no período

funcionamento —, ou a receita para incrementar as remunerações fora de vir do dinheiro resставado para os investimentos. Na semana passada, o governador José Roberto Arruda lançou um pacote de obras orçado em R\$ 650 milhões. Um aumento de 10% que fosse na folha de pagamento superaria em, pelo menos, R\$ 50 milhões toda a quantidade destinada aos investimentos.

O secretário de Planejamento e Gestão do GDF, Ricardo Penna, afirma que a dificuldade que o governo terá para atender os pedidos de aumentos salariais em 2007 tem um argumento técnico forte: "a falta de recursos", que sobrarão pequena margem de manobra política para concessões. "O governo está sem opção, não vai deixar de autorizar aumentos porque é pão-duro ou porque está fazendo economia. Simplesmente não tem de onde tirar a não ser que comprometa a sua capacidade de investimento", afirma o secretário. Penna avalia que as negociações com as categorias fazem parte de um processo democrático e serão mantidas, mas previne que o balanço financeiro do governo imporá limites rígidos nas negociações em 2007. O secretário lembra que a diminuição em cargos comissionados, hoje 60% a menos que no governo passado, não compensou nem de longe o crescimento da folha de pessoal.

**Fundo**

A principal receita usada para o pagamento de salários vem do Fundo Constitucional do DF (FDCF), dinheiro enviado pelo governo federal para suprir os gastos de pessoal nas áreas da saúde, educação e segurança. Essa renda é corrigida com base na receita corrente líquida do Executivo federal. A opção pela política monetarista do governo de Luiz Inácio Lula da Silva evoou esse índice o que repercutiu positivamente na folha reservada para o Distrito Federal. Nos últimos quatro anos, a curva do FDCF foi sempre crescente. Em 2003, a União depositou R\$ 3,3 bilhões para arcar com as remunerações dos servidores locais. Em 2007, essa quantia será de R\$ 6 bilhões. É quase o dobro do valor.

